

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.796.120 - RS (2019/0033127-1)**

**RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES**  
**RECORRENTE : UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ UTFPR**  
**RECORRIDO : GUMERCINDO VIEIRA DOS SANTOS**  
**ADVOGADOS : MARCELO TRINDADE DE ALMEIDA E OUTRO(S) - PR019095**  
**JOAO LUIZ ARZEN0 DA SILVA - PR023510**

**DECISÃO**

Vistos, etc.

Trata-se de recurso especial interposto por Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR, com amparo na alínea "a" do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região assim ementado (e-STJ, fl. 57):

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. FAZENDA PÚBLICA. INEXIGIBILIDADE DO TÍTULO. PRECLUSÃO.

1. A matéria foi debatida nos autos da ação mandamental que veio a constituir o título executivo.
2. A UTFPR, após o cumprimento da obrigação de fazer no respectivo mandado de segurança, alegou a inexigibilidade do título executivo, tese que foi rechaçada pelo Juiz de Primeiro Grau, decisão que restou mantida por este Tribunal em acórdão prolatado no Agravo de Instrumento.
3. Conclui-se, portanto, que a discussão referente à inexigibilidade do título executivo encontra-se preclusa, sendo cabível o prosseguimento da execução em relação aos valores incontroversos. Há, assim, trânsito em julgado em relação ao tema da inexigibilidade, sendo manifestamente descabida a renovação da dita discussão.
4. Agravo de instrumento improvido.

Os embargos de declaração da autarquia foram parcialmente acolhidos apenas para fins de prequestionamento (e-STJ, fls. 92-100).

Sustenta a insurgente a nulidade do acórdão impugnado, por suposta persistência das omissões apontadas nos embargos declaratórios, configurando-se violação do disposto no art. 1.022, II, do CPC/2015.

Assevera que o acórdão foi omissivo em apreciar os seguintes pontos (e-STJ, fls. 109-111):

- \*) 2. DA OBSCURIDADE ( no que tange ao efetivo alcance do RE 638.115).
- \*) 3. DAS OMISSÕES DA APLICAÇÃO DO ART. 535, III, § 5º do CPC/15 (ART. 741, II, PARÁGRAFO ÚNICO DO CPC/73). NEGATIVA DE VIGÊNCIA DE DISPOSITIVO LEGAL. INTELIGÊNCIA DOS ARTIGOS 5º, XXXVI E 97 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

[...]

Refira-se, por derradeiro, que o recorrente apontou obscuridade no julgamento da causa, uma vez que EM CURSO AGRAVO DE INSTRUMENTO QUE OBJETIVA OBSTAR O PAGAMENTO DE VALORES ORA EM PROCESSO DE LIBERAÇÃO, o que foi solenemente desconsiderado pelo Tribunal recorrido.

Afora isso, restou demonstrado que a “preclusão” para fins de discussão da inexigibilidade do título não teria qualquer relação adequada e próxima com a impugnação ao cumprimento de sentença proposto pela parte interessada.

Tais questões jamais foram enfrentadas pela TRF4 APESAR DE INSTADO PARA TANTO.

No mérito, alega afronta aos arts. 502, 503, 506 e 507 do CPC/2015, sob os seguintes argumentos: a) inexistência de identidade de fundamentos entre aquele agravo de instrumento e o ora em exame, sendo que as partes, inclusive, não guardam correlação; b) a eventual preclusão recairia apenas sobre a obrigação de fazer e não de pagar; c) impossibilidade de se discutir em mandado de segurança valores pretéritos, o que reforçaria a inexistência de preclusão da discussão acerca do dever de pagar.

Outrossim, suscita contrariedade ao art. 535, § 4º, do CPC/2015, pois foi autorizada a expedição de precatórios sem que tenha havido o trânsito em julgado do Agravo de Instrumento n. 5066367-73.2017.404.0000, no qual se defende que nada seria devido.

Contrarrazões às e-STJ, fls. 124-141.

É o relatório.

Não merece prosperar a tese de ofensa ao art. 1.022, II, do CPC/1973, porquanto o aresto combatido fundamentou, claramente, o posicionamento por ele assumido, de modo a prestar a jurisdição que lhe foi postulada, resolvendo as questões suscitadas pela parte interessada.

Com efeito, a Corte de origem concluiu que a discussão acerca da inexigibilidade do título estaria preclusa, por já ter sido apreciada no mandado de segurança originário, bem como em âmbito recursal (e-STJ, fls. 59-60):

Entende-se por parte incontroversa aquela transitada em julgado ou sobre a qual pairam os efeitos da coisa julgada material, porquanto imutável e irrecorrível. É o caso dos autos, em que a discussão referente à inexigibilidade do título executivo já se encontra preclusa. A matéria foi debatida nos autos da ação mandamental que veio a constituir o título executivo (Mandado de Segurança Coletivo nº 2006.70.00.013563-3). A UTFPR, após o cumprimento da obrigação de fazer no respectivo mandado de segurança, alegou a inexigibilidade do título executivo, tese que foi rechaçada pelo Juiz de Primeiro Grau, decisão que restou mantida por este Tribunal em acórdão prolatado no Agravo de Instrumento nº 5039270-69.2015.4.04.0000, cuja ementa foi redigida nos seguintes termos:

[...]

Em que pese tenha a Universidade propostos recursos excepcionais, ambos não

foram admitidos, sendo que o agravo em recurso especial (nº 947.744) não foi conhecido pelo Superior Tribunal de Justiça e o agravo em recurso extraordinário (1.005.909) teve seguimento negado, decisões que transitaram em julgado em 19 de outubro de 2016 e em 03 de março de 2017, respectivamente, conforme se constata no Evento 41 do Agravo de Instrumento citado alhures (OUT7-e-STJ FL.1037 e CERTTRAN12). Conclui-se, portanto, que a discussão referente à inexigibilidade do título executivo encontra-se preclusa, sendo cabível o prosseguimento da execução em relação aos valores incontroversos.

Sendo assim, não há que se falar em omissão, obscuridade, contradição ou erro material do aresto. O fato de o Tribunal *a quo* haver decidido a lide de forma contrária à defendida pela parte recorrente, elegendo fundamentos diversos daqueles por ela propostos, não configura omissão nem outra causa passível de exame mediante a oposição de embargos de declaração.

No aspecto:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE QUAISQUER DOS VÍCIOS DO ART. 1.022 DO NOVO CPC/2015.

1. De acordo com o previsto no artigo 1.022 do Novo CPC/2015, são cabíveis embargos de declaração nas hipóteses de obscuridade, contradição ou omissão do acórdão atacado ou para corrigir erro material.

2. No caso, não se verifica a existência de quaisquer das deficiências em questão, pois o acórdão embargado enfrentou e decidiu, de maneira integral e com fundamentação suficiente, toda a controvérsia posta no recurso.

3. Embargos de declaração rejeitados.

(EDcl no AgInt no REsp 1.211.307/RJ, Rel. Min. SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 12/9/2017, DJe 21/9/2017)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. MEDIDA CAUTELAR FISCAL JULGADA PROCEDENTE. HONORÁRIOS DE ADVOGADO DEVIDOS, PELA PARTE VENCIDA. ACÓRDÃO DO TRIBUNAL DE ORIGEM QUE, DIANTE DO ACERVO PROBATÓRIO, CONCLUIU QUE NÃO HOUVE PERDA DE OBJETO DA MEDIDA CAUTELAR FISCAL E QUE, SENDO A RÉ, ORA AGRAVANTE, VENCIDA NA CAUSA, COMPETIA-LHE O PAGAMENTO DAS CUSTAS PROCESSUAIS E DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. INADMISSIBILIDADE DO RECURSO ESPECIAL, NO QUAL FOI ALEGADA OFENSA AOS ARTS. 20 E 535 DO CPC/73, POR INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 7 E 83 DO STJ. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

[...]

III. Não procede a alegação de ofensa ao art. 535 do CPC/73, pois, na forma da jurisprudência firmada pelo STJ, sob a égide do CPC/73, os Embargos de

Declaração têm, como objetivo, sanar eventual obscuridade, contradição ou omissão. Não há omissão, no acórdão recorrido, quando o Tribunal de origem pronuncia-se, de forma clara e precisa, sobre as questões postas nos autos, adotando fundamentos suficientes para embasar a decisão, tal como ocorreu, *in casu*, em que a questão em torno da alegada aplicabilidade do princípio da causalidade foi decidida, pela Corte de origem. Com efeito, o magistrado não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos trazidos pela parte. Nesse sentido: STJ, REsp 739.711/MG, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, DJU de 14/12/2006. Além disso, não se pode confundir decisão contrária ao interesse da parte com ausência de fundamentação ou negativa de prestação jurisdicional. Em igual sentido: STJ, REsp 801.101/MG, Rel. Ministra DENISE ARRUDA, PRIMEIRA TURMA, DJU de 23/04/2008.

[...]

(AgInt no AREsp 1.060.570/MT, Rel. Min. ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 17/8/2017, DJe 24/8/2017)

Ademais, a apreciação da suscitada violação dos arts. 502, 503, 506 e 507 do CPC/2015 esbarra na impossibilidade de reexame dos elementos de prova dos autos, o que atrai a aplicação da Súmula 7/STJ.

No ponto:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. EMBARGOS A EXECUÇÃO. VIOLAÇÃO DA COISA JULGADA. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

1. A revisão do julgado, de modo a acolher a pretensão recursal, no sentido de que houve violação aos limites objetivos e subjetivos da coisa julgada, demandaria, necessariamente, o revolvimento do acervo fático-probatório, inviável em recurso especial, nos termos da Súmula 7 desta Corte.

2. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1.133.837/RJ, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe 12/12/2017)

ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. JUROS MORATÓRIOS. PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE A ELABORAÇÃO DE CÁLCULOS E A EXPEDIÇÃO DA RESPECTIVA ORDEM DE PAGAMENTO. PRECLUSÃO. ALTERAÇÃO DAS CONCLUSÕES DA CORTE DE ORIGEM QUE ENCONTRA ÓBICE NA SÚMULA 7/STJ. AGRAVO INTERNO DOS SERVIDORES A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. O Supremo Tribunal Federal, no julgamento do Recurso Extraordinário 579.431/RS, de relatoria do Ministro MARCO AURÉLIO, sob o regime da repercussão geral, consolidou o entendimento de que incidem os juros da mora

no período compreendido entre a data da realização dos cálculos e a da requisição de pequeno valor - RPV ou do precatório.

2. Contudo, no caso dos autos, a Corte de origem expressamente indeferiu a pretensão recursal em virtude da ocorrência da preclusão, pois, em 7.1.2008, foi proferida decisão que reconheceu ser indevida a incidência de juros entre a data da elaboração do cálculo e a expedição do precatório (fls. 74), a parte exequente foi intimada dessa decisão em 23.1.2008 (fls. 75), contra ela não se insurgindo (fl. 75).

3. A alteração dessas conclusões, na forma pretendida, demandaria necessariamente a incursão no acervo fático-probatório dos autos.

Contudo, tal medida encontra óbice na Súmula 7 do STJ, segundo a qual a pretensão de simples reexame de prova não enseja Recurso Especial.

4. Agravo Interno dos Servidores a que se nega provimento.

(AgInt no REsp 1.473.860/RS, Rel. Min. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 12/2/2019, DJe 22/2/2019)

Verifica-se, também, que o Tribunal de origem não emitiu juízo de valor acerca do art. 535, § 4º, do CPC/2015, estando ausente o necessário prequestionamento, o que atrai a incidência das Súmulas 282/STF e 211/STJ.

Ainda que superado o óbice supramencionado, o recurso, nesse ponto, incidiria também no óbice previsto na Súmula 7/STJ, haja vista o reconhecimento pela instância ordinária de que a matéria relativa à inexigibilidade do título estaria preclusa.

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III e IV, do CPC/2015, c/c o art. 255, § 4º, I e II do RISTJ, conheço parcialmente do recurso especial e, nessa extensão, nego-lhe provimento.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

Ministro Og Fernandes  
Relator